

ATA N.º 12/2016**Data da reunião ordinária: 16-05-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:50 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:** Carlos Manuel Pires Rei Amaro**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:** 13-05-2016**Operações Orçamentais:** 442.108,61**Operações não Orçamentais:** 270.884,67

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

Após declarar aberta a reunião, o Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Deu conhecimento de que o Sr. Vereador Carlos Amaro, não pode estar presente nesta reunião, por motivos de saúde.

b) Foi presente a Informação de Atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 03 de maio a 16 de maio de 2016

«Na **manhã do 03 de maio de 2016, assisti**, conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, os autores das obras expostas, o coordenador da atividade e representantes da Direção do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, à inauguração da **Exposição Coletiva da autoria dos alunos do 11.º ano do Curso de Artes Visuais da Escola Secundária do Entroncamento**, que se encontra patente no Edifício da Câmara Municipal.

Na **tarde do dia 04 de maio**, o Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa, *em minha representação*, esteve presente na reunião solicitada pela **ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte**, referente à apresentação do **Projeto Rotas e Percursos do Médio Tejo**, realizada na sala de reuniões do Edifício da Câmara Municipal.

Igualmente nesse final de tarde, na sequência do mail recebido do **Movimento de Utentes dos Serviços Públicos de Santarém**, **assisti** à **Concentração/Conferência de Imprensa de Utentes pela Abolição das Portagens na A23 e A13**, junto à Rotunda do E. Leclerc.

Ainda nessa noite, realizou-se mais uma edição da iniciativa **Night’s Runner’s – a correr ou a caminhar**, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia 05 de maio de 2016, presidi ao **Conselho Municipal de Educação**, realizado na Sala de Sessões do Edifício da Câmara Municipal. Estiveram igualmente presentes a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Na **tarde do dia 06 de maio de 2016**, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, realizaram uma pequena reunião de apresentação e entrega de Diplomas a alguns dos alunos bolseiros.

Ainda nessa noite, assisti, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, a mais uma edição do Ciclo de Tertúlias Temáticas “**Conversas com Café**”, dedicado ao tema: “**Entroncamento – Cidade do Desporto, Perspetivas Futuras**”, na Biblioteca Municipal, que teve como dinamizadores, o Prof. Rui Madeira Claudino (docente na Faculdade de

Motricidade Humana) e o Prof. José Leote (docente de Educação Física e Presidente do CLAC).

No dia 07 de maio de 2016, decorreu mais uma iniciativa “*Viver o Comércio*”, contemplando a *Mostra de Artesanato*, na Rua Luís Falcão de Sommer, e o *Ateliê de Pintura e Desenhos e Jogos Tradicionais*, na Praça Salgueiro Maia.

Nessa tarde, realizou-se uma *Sessão de Formação destinada a Coletividades, Associações e Clubes*, promovida pela *Federação das Coletividades, Desporto e Recreio*, no Estúdio 121, seguido de Assembleia Geral, estando presente a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**.

Ainda nessa noite, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, esteve presente na *V Festa das Sopas*, promovida pelo *União Futebol do Entroncamento*, no Pavilhão Albano Mateus.

Igualmente nessa noite, a Avenida Dr. José Eduardo Victor das Neves foi o cenário de um *Exercício de Simulação de um acidente com uma viatura pesada de transporte de matérias perigosas*, realizado pelo *Serviço Municipal de Proteção Civil do Entroncamento*, contando com a presença do **Vereador Dr. Carlos Amaro**. O Exercício teve como finalidade testar a capacidade de resposta, testar equipamentos e meios a utilizar, testar a estrutura de comando, dos sistemas de comunicações e apoio à decisão, bem como a organização e articulação dos agentes de proteção civil. Contou com o apoio dos *Bombeiros Voluntários do Entroncamento*, a *PSP – Esquadra do Entroncamento* e do *Comando Distrital de Operações Socorro de Santarém*.

No dia 08 de maio de 2016, o Município do Entroncamento promoveu, no *Convento de Cristo, em Tomar*, uma *mostra da sua oferta turística e cultural, com Gastronomia e Degustação, Artesanato, Atividades Económicas e Empresariais*, no âmbito de uma parceria estabelecida com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. **Estive presente** na sessão de abertura, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, no Concerto a cargo da *Banda da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento*, nas Arcadas do Claustro da Micha, muito do agrado de todos os presentes. Especial agradecimento às entidades que colaboraram nesta iniciativa: *Museu Nacional Ferroviário, Escola Profissional Gustave Eiffel, Comtemp – Companhia dos Temperos, Casa Carloto, Enolea, Highscore, Tracogest e artesãos do Concelho* (artes plásticas e doçaria).

Ainda nessa manhã e tarde, o Município do Entroncamento recebeu, no Estúdio 121, o *Casting para Top Model Portugal 2017*, promovido pela *Yellow Cottage, Lda* em 2 categorias: *Top Model Kids* (5 aos 13 anos) e *Top Model/Portugal 17* (14 aos 33 anos), ao qual assistiu o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Ainda nessa tarde, realizou-se a *Jornada Vicarial*, organizada pela *Paróquia da Sagrada Família do Entroncamento*, no Salão Paroquial, com celebração de Missa pelo Sr. ^o Bispo.

Na sequência da Convocatória recebida da CIMT, **estive presente** na *6.^a reunião do Conselho Intermunicipal*, nos dias **09, 10 e 11 de maio de 2016**, no Hotel Vista Alegre, em Ílhavo, no âmbito do *Encontro Anual de Presidentes do Médio Tejo*.

No dia **10 de maio de 2016**, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, realizaram uma reunião com representantes da *Unidade de Saúde Pública do Concelho do Entroncamento*, para coordenação da *I Semana Gastronómica* a realizar-se no âmbito da Festa da Flor, nos dias 20 a 28 de maio de 2016.

No dia **11 de maio de 2016**, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, esteve reunida com a *Equipa do CLDS 3 G* e a *Associação Encoprof*, para debater o *Programa das Férias Escolares Letivas*.

Ainda nessa noite, realizou-se mais uma edição da iniciativa *Night's Runner's – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia **12 de maio de 2016**, reuni, conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, e responsáveis dos Sistemas de Informação do Município, com a Firma *Lexus – Consultores, Lda*, relativamente à *apresentação de proposta com vista ao início da auditoria de apoio à reengenharia, desmaterialização e gestão de processos*.

No período compreendido entre **13 e 15 de maio de 2016**, no âmbito da *Rede de Cooperação estabelecido com o Município de Friedberg*, **estive presente**, conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, nas comemorações da *Festa Europa – celebração dos 50 anos de Geminação*, em Friedberg.

De acordo com a Programação, no dia **13 de maio de 2016**, estivemos na *Cerimónia de Abertura do Festival de Vinho de Friedberg* (no interior do Castelo) com os Presidentes/representantes da Câmara Municipal de Friedberg, Villiers-sur-Marne e Bishop's Stortford.

No dia seguinte, **14 de maio de 2016**, para além do início do programa desportivo e cultural (judo/taekwondo/futebol, ténis e dança), decorreu a *inauguração das Placas de Geminação das Cidades na Europa – Place, plantação de 4 árvores sequoias* com os nomes das 4 cidades geminadas, *Concerto de Coro* e *Festa Europa – 50 anos de Geminação*.

No dia **15 de maio de 2016**, assistimos à *Celebração da Missa de Pentecostes ao ar-livre* e à *exposição fotográfica da 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais* no Museu Wetterau.

Na sequência do Convite formulado pelo Presidente da Câmara Municipal da Golegã e Mestre Romeira 2016, o *Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa*, em *minha representação*, esteve presente na *IX Romaria a São Martinho*, no âmbito da *ExpoÉgua 2016*, na Igreja Matriz da Golegã, na *Bênção dos Romeiros*, no dia **13 de maio de 2016**.

Igualmente nessa tarde, na sequência do Convite formulado da *Associação de Pais da Escola Básica António Gedeão*, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, assistiram à atividade que visava comemorar o *Dia da Família*.

No dia **14 de maio de 2016**, em face do Convite formulado pela *Academia Cultural, Recreativa e Dança do Entroncamento*, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, assistiu à *4.^a Jornada da Taça de Portugal em Dança Desportiva*, no Pavilhão Desportivo Municipal.

Nos dias 14 e 15 de maio de 2016, decorreu a 2.^a edição da iniciativa "*Venda de Garagem*": *Trocas e Baldrocas*, na Praça Salgueiro Maia.

Ainda nesses dias, realizou-se o *IX Torneio Nacional de Ténis – Entroncamento Cidade Ferroviária*, no Complexo Municipal de Ténis, promovido pelo CLAC, tendo a Cerimónia de entrega de prémios decorrido na tarde do dia 15 de maio.

Igualmente, no dia 15 de maio de 2016, a convite da Junta de Freguesia de Bugalhos, o Vereador Dr. Carlos Amaro, esteve presente nas Comemorações dos 797 anos da Freguesia, que contou com Missa na Igreja de Nossa Senhora da Graça, romagem ao Cemitério Paroquial, para inauguração de lápide em honra

dos antepassados e Sessão Solene no Edifício da Junta, com condecorações aos antigos Presidentes.»

O Vereador Sr. Carlos Matias questionou acerca de uma das atividades referidas, o Encontro dos Presidentes do Médio Tejo, ter sido realizado em Ílhavo e que assuntos foram debatidos durante os três dias do encontro.

O Exmo. Presidente, referiu que o encontro não foi 3 dias porque se iniciou às 19.30h, no dia 9 de maio e terminou no dia 11, às 12.30h, tendo sintetizado o programa e os temas a debater:

Dia 09 de maio

19.30h – Jantar com a presença do Presidente da CIM da região de Aveiro, Dr. José Ribau Esteves e Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Dr. Fernando Caçoila

21h – Reunião Ordinária do Concelho Intermunicipal

Dia 10 de maio

09.30h – Início dos trabalhos com formação dirigida aos Presidentes sobre o Regime Jurídico dos Transportes – com a presença do Eng.º Faustino Gomes da TIS

11.15h – Ponto de situação dos projetos intermunicipais e do ITI

13h – Almoço com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente, Dr. José Mendes

14.30h Sessão de trabalho com o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Dr. José Mendes sobre os seguintes temas:

- Reabilitação Urbana
- Mobilidade Sustentável – Mobi-e
- Autoridade de Transportes

17.30h – Sessão de trabalho com a presença da Presidente da CCDRC, Prof.ª Ana Abrunhosa e do Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro, Dr. Pedro Machado para abordar o Portugal 2020 e as verbas do Turismo – Promoção e Divulgação

19.30h – Jantar com a presença da Presidente da CCDRC, Prof.ª Ana Abrunhosa e Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro, Dr. Pedro Machado.

Dia 11 de maio

09.30h – Ciclo Urbano da Água – POSEUR estratégias para economia de escala e eventuais estratégias intermunicipais, com a presença do Eng.º Jaime de Melo Baptista

- Apresentação pela Deloitte para proposta de estudo de opções para modelos integrados de gestão (integrações horizontais em baixa).

11.15h – Presença da EPD Distribuição enquanto Entidade Concessionária da Iluminação Pública para enquadramento e reflexão sobre os vários modelos de intervenção (contratualização ESSE e Fundos Comunitários) visando a melhoria da eficiência energética na iluminação pública

- Ponto de situação com a Médio Tejo 21, sobre as ações previstas no âmbito da eficiência energética.

12.30h – Conclusões e encerramento dos trabalhos.

No âmbito da abordagem temática da “Autoridade de Transportes”, ficou acordado que o Entroncamento, seria um dos quatro concelhos contemplados com a

montagem de um posto de abastecimento para veículos elétricos, além de Abrantes, Barquinha e Sertã.

Ficou acordado dos municípios suportarem os custos de manutenção, de modo a poderem beneficiar deste equipamento num curto espaço de tempo.

Também, relativamente às questões da CCDRC, foi-lhe transmitido que até ao final do mês de maio, iam ser assinados os contratos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e abertos avisos para cumprir as formalidades de candidatura respeitantes à mobilidade, regeneração urbana e comunidades desfavorecidas.

Relativamente, ao local selecionado para este encontro referiu que foi uma ação estratégica da CIMT, de promover a interação com outras comunidades intermunicipais.

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara de Ílhavo e o Presidente da Comunidade Intermunicipal de Aveiro, com quem abordou a questão sobre as ciclovias.

Ílhavo e Murtosa, foram os dois concelhos que mais evoluíram na rede das ciclovias e poderão ser exemplo para o nosso concelho.

Igualmente, sobre um processo que foi debatido relativo ao Regime Jurídico dos Transportes, que transfere algumas competências do IMT, para os concelhos ou comunidades intermunicipais.

A competência dos transportes supramunicipais é transferida para a comunidade intermunicipal, para os transportes inter-regionais que são cerca de 35% é uma responsabilidade que ainda não está definida, mas acha que deveria ser criada uma autoridade de transportes única para cada região.

No seu entender, este regime, permite maior intervenção dos municípios na oferta de transportes, mas poderá constituir uma grande dificuldade para a região, com a diminuição substancial da qualidade da oferta de transportes urbanos, trazendo custos significativos para o Médio Tejo.

Para o Entroncamento as consequências são menores, dado que a rede de transportes urbanos não está concessionada.

O serviço será prestado pelos municípios ou concessionado a outras entidades.

Ainda, o Vereador Sr. Carlos Matias, colocou as seguintes questões:

Se o Programa de Eficiência Energética financia transportes urbanos elétricos, sendo que os autocarros existentes poderão ser adaptados.

Acerca da Ciclovia, entende que deveria haver alguma articulação com os concelhos adjacentes (Barquinha e Golegã) para a concretização de uma rede de ciclovias.

Referiu que a Câmara da Barquinha à semelhança de outros concelhos (Mação, Sardoal e Abrantes), implementou o transporte a pedido, verificou que neste percurso está acessível a estação do Entroncamento.

Face à legislação em vigor, questiona se é legal devido ser um percurso que ultrapassa os limites do concelho.

O Exmo. Presidente, esclareceu o seguinte:

Acerca da questão do transporte a pedido, a competência é da comunidade intermunicipal, sendo o concelho consultado, neste caso a Câmara do Entroncamento foi consultada, ao que foi sugerido que fossem consultados os taxistas do concelho.

Sobre a adaptação dos autocarros do concelho para veículos elétricos já colocou a questão ao Sr. Secretário de Estado, tendo referido que vai averiguar a situação. O modelo de financiamento aplicado à eficiência energética, ainda não está bem definido, o que está contratualizado é um financiamento reembolsável, estando a ser desenvolvido “o esforço” de ser convertido para “fundo perdido”, seria uma boa opção, dado que os valores para a reconversão, dos autocarros e da iluminação pública, são muito elevados.

Seguidamente, convidou os Srs. Vereadores para a inauguração de uma exposição no átrio dos Paços do Concelhos, no próximo sábado, dia 21, às 15.45h, do início da Festa da Flor, que decorre no período de 20 a 28 de maio.

Em simultâneo, decorrerá, a I Semana Gastronómica, durante as quais os restaurantes aderentes, A Mercearia d’Avó Micas, Astro Azul, Cais 14, Dona Maria, Face Restaurante Lounge Bar, Frango Real, Garça Dourada, Naco na Pedra, Pizzaria a Cidade, Pizzaria Delícia Siciliana, Rei dos Frangos do Entroncamento, Restaurante a Ponte, Restaurante Dom Apetite, Restaurante Estações (EPGE), Restaurante Reis, Restaurante O Retornado, Restaurante “O Ribeiro”, Restaurante Terminal, Sabores da Gardunha, terão ementas alusivas ao Alentejo e Beira Baixa, zonas originárias de muitos dos habitantes da nossa cidade.

O Dia Distrital da PSP, será assinalado, amanhã, dia 17, no Museu Nacional Ferroviário.

Também, no dia 18, comemora-se o primeiro aniversário do Museu.

Dia, 19 e 20, vai se realizar o Fórum da Economia Social na Fil, na qual vai estar na manhã do dia 20, como coordenador.

Por último, salientou, no dia 20, o Almoço do Dia Municipal do Idoso e o concerto da Banda da PSP a 21 de maio, o último na Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal.

2 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

Fez referência aos transportes a pedido, e à má experiência que o Entroncamento já teve em termos de transportes municipais e inter-regionais, aquando a Câmara de Torres Novas utilizou os seus transportes para vir à estação do Entroncamento, na qual havia uma interferência no nosso concelho, sem qualquer autorização, para o fazer, tendo a Câmara do Entroncamento, manifestado a sua preocupação com esta situação.

Entende que, deve ser tida em consideração e mantidas as boas relações com os outros municípios, mas é importante saber se esse transporte está a ter interferência com os transportes do concelho, nomeadamente os táxis.

Assinalar a comemoração do 1.º aniversário do Museu Nacional Ferroviário, depois do muito esforço e empenho na sua abertura para fruição dos cidadãos, no dia 18 – o nosso museu que é também do país e tem portas de entrada de norte a sul do país e pela europa fora.

Registrar também a comemoração do aniversário do CDPSP Santarém no nosso concelho, no espaço do nosso museu que abre portas a evento, tal como à comunidade.

Dia Municipal do Idoso

Fui alertada por munícipes para o abatimento da laje sobre a ribeira de santa catarina, no percurso que atravessa as ruas Ruy d'Andrade e Batalhão Sapadores dos Caminhos-de-ferro. Diziam-me “é esgoto a céu aberto” e “é uma questão de saúde pública”.

Sabendo nós que a ribeira de santa catarina passa por quintais, propriedade privada, para além do espaço público, temos também a responsabilidade de prover a salvaguarda de pessoas e bens e a saúde pública.

O Executivo tem conhecimento desta situação? Houve alguma intervenção dos serviços municipais? Vai ser feita? Quando?

Por outro lado, depois dos rumores, fui hoje confrontada com o bar Sabores do Mercado encerrado. Não há qualquer informação nos acessos, mas pergunto se há alguma informação sobre o assunto? O que aconteceu? Tendo em atenção a prestação de contas de 2015, existiriam pagamentos em falta relativos às rendas deste espaço. Estou correta? Está corrigido?...

Sobre as diligências que foram encetadas relativamente à limpeza de terrenos, para além de ser visível a quem passa, fui questionada sobre a eventual limpeza do espaço junto à rotunda do E. Leclerc, do lado oposto ao supermercado. O que pode ser dito sobre isso.

Relativamente às últimas questões colocadas, O Exmo. Presidente referiu o seguinte:

Ribeira de St.^a Catarina, abateu no dia 1 de maio, já foram feitas as intervenções para salvaguardar a segurança e desimpedir o canal.

A sua requalificação está prevista nas obras associadas à ciclovia da freguesia de S. João Baptista.

Bar Sabores do Mercado foi pedida a rescisão do contrato por parte do concessionário, tendo sido imposta a condição das rendas em atraso serem pagas a curto-prazo.

Está fechado a partir de hoje, já está em curso um novo procedimento para nova concessão.

Limpeza dos terrenos vão ser verificadas as situações em que os proprietários não a fizeram.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 02 de maio de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.
- A Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, não participa na votação da aprovação da ata desta reunião, por não ter estado presente na mesma, de acordo com o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

4838/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROJETO DE RESOLUÇÃO – PELA REJEIÇÃO DA DENOMINADA PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (TTIP)

- E-mail, de 5 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Resolução, apresentado na Assembleia da República, pela rejeição da denominada parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).
- Presente também, um e-mail de 6 de maio corrente, deste Grupo Parlamentar, a informar que os pontos 1 e 3, do referido Projeto de Resolução, foram rejeitados e o ponto 2 foi aprovado.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

4868/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROJETO DE LEI - INTERDITA O USO DO TERRITÓRIO INCLUÍDO NA REN E RAN A PROJETOS DE POTENCIAL INTERESSE NACIONAL (PIN) QUE NÃO RESPEITAM OS CRITÉRIOS E FINS DA SUA CLASSIFICAÇÃO

- E-mail, de 6 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Lei, apresentado na Assembleia da República, que interdita o uso do Território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitam os critérios e fins da sua classificação.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

4944/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROJETO DE LEI – ESTABELECE O REGIME DE ATRIBUIÇÃO E APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS NAS ZONAS CARENCIADAS NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- E-mail, de 9 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Lei, apresentado na Assembleia da República, que estabelece o regime de atribuição de incentivos a apoios à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4**4946/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROJETO DE LEI – ESTABELECE O REGIME PARA A REPOSIÇÃO DE FREGUESIAS**

- E-mail, de 9 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Lei, apresentado na Assembleia da República, que estabelece o regime para a reposição de Freguesias.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5**4967/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PROJETO DE LEI – GARANTE O ACESSO UNIVERSAL E A EMISSÃO DE TODOS OS CANAIS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO ATRAVÉS DA TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE (TDT)**

- E-mail, de 6 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Lei, apresentado na Assembleia da República, que garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT).
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6**4771/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO ECOLOGISTA “OS VERDES” – PROJETO DE RESOLUÇÃO – PELA MELHORIA DA COBERTURA E ALARGAMENTO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE PROGRAMAS NA TDT**

- E-mail, de 4 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, a enviar o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República, que visa a melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre (TDT).
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7**5016/16 – CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO - COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES - 40 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O ASSOCIATIVISMO**

- E-mail, de 11 de maio de 2016, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, a informar que foi fixado o dia 31 de maio como Dia Nacional das Coletividades.
- Este ano as comemorações do Dia Nacional das Coletividades são dedicadas aos “40 anos da Constituição da República e ao Associativismo”.
- Entendem que a melhor forma de comemorar o Dia Nacional das Coletividades e os 40 anos da Constituição da República é praticar a democracia no dia-a-dia, é intervir conjuntamente com outros movimentos sociais para a melhoria das condições de vida do nosso povo e para a felicidade de crianças, jovens, adultos e idosos, independentemente da sua condição económica, social ou étnica.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8**4475/16 – UNIÃO FUTEBOL ENTRONCAMENTO – V FESTA DAS SOPAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RECINTO IMPROVISADO E DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- E-mail, de 29 de abril findo, do União Futebol Entroncamento, a solicitar a isenção de taxas de recinto improvisado e de ruído, para a realização da V Festa das Sopas, no dia 7 de maio.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento do pagamento da taxa sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar o despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9**4438/16 - RICARDO SALDANHA - PEDIDO DE CARÊNCIA DA TAXA MENSAL DAS LOJAS N.ºS 17 E 18 DO MERCADO DIÁRIO DO ENTRONCAMENTO - MESES DE MAIO E JUNHO**

- E-mail, de 26 de abril de 2016, de Ricardo Saldanha, arrematante das lojas n.ºs 17 e 18 do Mercado Diário, a expor que tem o objetivo de desenvolver uma startup, assente na criação de uma micro-padaria artesanal e os valores deste investimento envolvem um projeto de financiamento que tem de ser aprovado por diversas entidades.

Este projeto procurará mimetizar as antigas padarias de bairro e de proximidade e pretende estender a oferta dos seus produtos a outros locais projetando a imagem da padaria e por conseguinte da cidade do Entroncamento.

Assim, a padaria proporcionará aos seus clientes, uma grande variedade de produtos de padaria e de pastelaria, com uma qualidade-preço acima da média, mas acessível à grande maioria da população.

Este projeto enquadra-se no Apoio ao Empreendedorismo promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que propõe a criação do próprio emprego como também gerar postos de trabalho sustentáveis a curto/médio prazo, pelo que vem solicitar um período de carência da taxa mensal durante os meses de maio e junho.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, conceder um período de carência da taxa mensal durante os meses de maio e junho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10**4928/16 - ANA ISABEL PEIXOTO - PEDIDO DE CARÊNCIA DA RENDA MENSAL DA LOJA N.º 19 DO MERCADO DIÁRIO DO ENTRONCAMENTO - MÊS DE MAIO**

- E-mail, de 9 de maio de 2016, de Ana Isabel Peixoto, arrematante da loja n.º 19 do Mercado Diário, a solicitar um período de carência da renda mensal do mês de maio, atendendo a obras que pretende realizar no estabelecimento, nomeadamente à abertura da loja para o exterior, das quais ainda, não obteve informação dos serviços para o efeito.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um período de carência da taxa mensal durante o mês de maio.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 11

4934/16 – PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA PRAÇA SALGUEIRO MAIA – RELATÓRIO DE EXPLORAÇÃO ANO DE 2015

- Do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Gilberto Martinho, foi presente o relatório de exploração do Parque de Estacionamento Subterrâneo na Praça Salgueiro Maia relativo ao ano de 2015.
- A Câmara tomou conhecimento.
- O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte intervenção que se encontra no anexo (11.1) da presente Ata.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

4536/16 - ALTERAÇÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO DA RECEITA P/ANO ECONÓMICO 2016 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

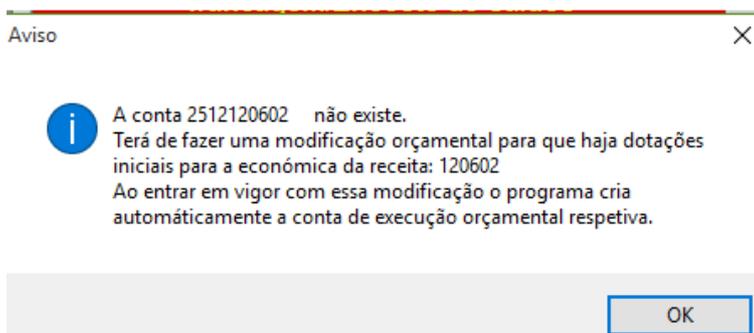
- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação referente à Alteração n.º 3 ao Orçamento da Receita para o Ano Económico de 2016, que totaliza 11.686,13€ (Onze mil seiscentos e oitenta e seis euros e treze cêntimos), a qual faz parte integrante da presente ata.

A SABER:

«Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 setembro, executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações. Neste sentido, serve a presente informação para dar a conhecer o resumo da Alteração n.º 3 ao Orçamento.

A razão desta alteração orçamental está relacionada com a necessidade de se fazer a transição de saldos para o ano de 2016 e consequente trancagem do exercício de 2015, operação que é feita após a aprovação das contas.

No decorrer desta operação o programa deu o seguinte aviso:



Esta situação significa que existem saldos para transitar na rubrica orçamental 12.06.02 e que no Orçamento de 2016 a mesma não está criada.

O saldo em questão diz respeito ao valor que falta receber por parte do BEI, ou seja, 11.686,13 € (que por coincidência foi recebido hoje). Na elaboração do orçamento para 2016 havia a expectativa de que o valor do empréstimo fosse totalmente recebido em 2015 e por isso a rubrica não foi criada no Orçamento de 2016. Tendo em conta que o empréstimo foi aprovado em setembro, em condições normais o valor deveria ter sido totalmente recebido em 2015.

Para a criação da rubrica é necessário fazer uma alteração orçamental (permitida no caso de empréstimos aprovados) no valor de **11.686,13 €** (valor que falta receber), passando assim o valor do Orçamento da Receita para **16.347.364,13 €**

Não foi possível adiar esta alteração orçamental para uma próxima reunião de câmara porque a transição de saldos tinha de ser feita até ao final do mês de abril. Esta transição é essencial para que o município possa fazer os reportes de informação do 1.º trimestre de 2016 à DGAL (data limite 30-04-2016).

A falta de prestação de informação à DGAL implica retenção nas transferências do OE.»

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizo de acordo com a proposta, sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar o despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13

1728/14 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA ELIAS GARCIA (CRUZAMENTO DA RUA CASAL MELÃO ATÉ À MEIA VIA) - ACORDOS DE CEDÊNCIA

- Da Assistente Técnica, Paula Oliveira, do Serviço de Notariado, foi presente a seguinte informação:

«No âmbito da Empreitada de Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia (Cruzamento do Casal Melão até à Meia Via) foram celebrados Acordos de Cedência de Áreas, necessárias à empreitada, entre este Município e os respetivos proprietários das áreas cedidas (anexo 20 do MGD 1728/2014).

Tais cedências foram feitas, tanto a título gratuito, como em compensação de áreas em futuras operações urbanísticas que se venham a realizar.

Pelo exposto, junto à presente informação os Acordos de Cedência celebrados, a fim de serem presentes em reunião de Câmara, para conhecimento e ratificação dos acordos celebrados com cedência de área a deduzir em futuras operações urbanísticas.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar os Acordos de Cedência de Áreas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 14

4513/16 - CEMITÉRIO MUNICIPAL - AMPLIAÇÃO 2.ª FASE - AUTO DE CONSIGNAÇÃO

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Consignação, elaborado em 28 de abril de 2016, referente à empreitada de “Cemitério Municipal – Ampliação Fase 2”, adjudicada à Firma EcoEdifica - Ambiente e Construções, SA.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

3757/16 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2/3 DR. RUY D’ANDRADE - CORREÇÃO DO VALOR DA GARANTIA BANCÁRIA

- Da Eng.ª Civil Patrícia Anacleto, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação referente à correção do valor da garantia bancária da empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.:

«A firma Alpeso SA., adjudicatário da obra em título, vem solicitar a redução do valor da garantia bancária da obra em **21.307,68€**, de acordo com o seguinte:

- **Valor adjudicado** - 4.699.581,78€ - corresponde à garantia bancária apresentada pela Alpeso para executar a obra, no valor de 469.958,18€;
- **Valor dos trabalhos executados e faturados** - 4.486.505,05€ - corresponde a uma garantia bancária equivalente de 448.650,51€ (10%), daí a reclamação de reduzi-la em 21.307,68€;

Analisada a situação, verificamos que:

- Em janeiro de 2016 a garantia bancária foi **executada parcialmente no valor de 64.100€**, para a correção dos defeitos de obra da responsabilidade da Alpeso (guia de recebimento em anexo n.º 3);
- O Município solicitou à firma a **renovação do valor da garantia** (ofício n.º 6242 de 19/02/2016, em anexo n.º 4), mas até à data não recebeu qualquer resposta;
- O valor atual da garantia bancária é de **405.858,18€** (conforme ofício do Novo Banco, em anexo n.º 5 do presente registo);

Assim, concordamos com o empreiteiro quando este declara que o valor da garantia bancária dos trabalhos executados e faturados é de **448.650,51€**, mas discordamos quanto à sua redução, já que para que a garantia bancária atual é apenas de **405.858,18€**.

Para que a garantia totalize o valor de **448.650,51€**, deverá ser reposta a diferença de **42.792,33€**, em acordo com o n.º 2 do artigo 296.º do Código do Contratos Públicos, que refere que *“a execução parcial ou total da caução prestada pelo co-contraente implica a renovação do respetivo valor no prazo de 15 após a notificação para esse efeito”*.

Em resumo, propõe-se que a Exma. Câmara delibere o seguinte:

1. Notificar a Alpeso que não se aceita a redução da garantia bancária, pela justificação apresentada acima, mas que concordamos que o valor da garantia bancária é 448.650,51€, pelo que deve ser reposto o valor de 42.792,33€;
 2. Notificar o Novo Banco desta da mesma deliberação.»
- A Câmara, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 16

11804/15 - EXECUÇÃO DO RESTAURANTE/BAR/ESPLANADA - LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO

- Do Eng.º Civil, Nuno Carda, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação referente à empreitada de “Execução do Restaurante/Bar/Esplanada”, adjudicada à Firma Alpeso-Construções S.A.:

«Com base no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, que estabelece um regime excecional de liberação de caucões em empreitadas de obras públicas com contratos já celebrados ou a celebrar até 1 de julho de 2016, solicitou o empreiteiro a realização de uma vistoria a todos os trabalhos da empreitada mencionada em epígrafe.

A referida vistoria foi realizada no dia 28 de abril de 2016, na qual compareceram a Eng.ª Eduarda Nunes, na qualidade de representante do empreiteiro, Alpeso-Construções S.A., e eu, Eng.º Nuno Teixeira Carda, como representante da Câmara Municipal do Entroncamento.

Encontrando-se já decorridos 3 anos após a receção provisória, realizada no dia 21 de setembro de 2012, e tendo-se verificado na vistoria efetuada que após diversas reparações realizadas pelo empreiteiro não persistiam defeitos de obra que justifiquem a não liberação da caução, deverá, de acordo com a alínea 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, proceder-se à **liberação de 75% da caução total da obra.**

Assim, e em acordo com o requerimento apresentado pelo empreiteiro, deve se autorizar a liberação no valor de 62.237,45€ da garantia bancária n.º 962300488001905 do Banco Santander Totta, S.A.

Mais se informa que, de acordo com a alínea 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei 190/2012, a decisão de liberação da caução deverá ser comunicada ao empreiteiro, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, no prazo de 30 dias contados da data da vistoria realizada.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar a liberação da garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 17

3862/16 - RUA DO FORNO DO GRILO - EXECUÇÃO DE PASSEIO EM VIADUTO EXISTENTE - AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Técnico Profissional de Construção Civil, Guilherme Monteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação, referente à empreitada de “Rua do Forno do Grilo – Execução de Passeio em Viaduto Existente”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.:

«Para conhecimento e homologação de V. Ex.^a, anexa-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da empreitada supramencionada, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada, deve-se proceder à extinção da caução prestada pela execução dos trabalhos.

Através de informação destes Serviços e respetiva deliberação camarária (anexos n.ºs 5 e 6 do registo SGD 13783/12), foram liberados 60% do valor total da referida caução, com base no Decreto-Lei 190/2012 de 22 de agosto.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a liberação da garantia bancária n.º 125-02-1449693, do Banco Comercial Português, S.A., com o valor atual de 3.184,29 (três mil cento e oitenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), correspondentes aos restantes 40% do valor total da caução.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva e autorizar a liberação da garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18

3859/16 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, LARGOS E ACESSOS (LARGO DAS GARAGENS DA RUA DR. HENRIQUE DE BARROS, LARGO SÃO JOÃO BAPTISTA E LARGO DE ACESSO À RUA ANTÓNIO SÉRGIO) - AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Técnico Profissional de Construção Civil, Guilherme Monteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação, referente à empreitada de “Pavimentação de Ruas, Largos e Acessos (Largo das Garagens da Rua Dr. Henrique de Barros, Largo São João Baptista e Largo de

Acesso à Rua António Sérgio”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.:

«Para conhecimento e homologação de V. Ex.^a, anexa-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da empreitada supramencionada, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada, deve-se proceder à extinção da caução, prestada pela execução dos trabalhos.

Através de informação destes Serviços e respetiva deliberação camarária (registo SGD 13787/12), foram liberados 90% do valor da referida caução, com base no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos e decreto-Lei 190/2012 de 22 de agosto.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação da garantia bancária n.º 125-02-1497337, com o valor atual de 242,85€ (duzentos e quarenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos) e a garantia bancária n.º 125-02-1497266, com o valor de 60,41€, (sessenta euros e quarenta e um cêntimos) ambas do Banco Comercial Português, S.A., cuja soma corresponde aos restantes 10% do valor total da caução.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva e autorizar a libertação da garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 19

9357/14 - PROC.º DE OBRAS N.º 68/1999 - JOÃO ESTEVES & ANTÓNIO DIAS ESTEVES, LDA - ALTERAÇÕES - PROJETO DE ARQUITETURA

- Presente o processo de obras número 68/99, em nome de João Esteves & António Dias Esteves, Lda., referente à construção de um hotel - alterações, na rua Padre Carlos Leonel dos Santos, lote 6, nesta cidade, conforme projeto de arquitetura junto.

Para o efeito, o Arqt.º José Tavares da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu o seguinte parecer:

«A presente proposta refere-se ao pedido para apreciação do projeto de alterações relativo ao processo de obras 68/99 (*Hotel Dom João*) face ao atual regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. As alterações já se encontram efetuadas sendo motivadas por ajustes aquando da construção do edifício.

As alterações propostas à arquitetura merecem da parte destes serviços parecer favorável pelo que o projeto se encontra em condições de ser deferido, devendo ser solicitada a apresentação no prazo de 30 dias os projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.

Deverá ainda ser endereçado ao requerente, cópia do parecer do Turismo de Portugal que consta do processo referente às alterações em apreço.»

- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o projeto de arquitetura, de acordo com este parecer.

- 4 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente, 1 voto contra da Vereadora Isilda Aguincha e 1 abstenção do Vereador Sr. Carlos Matias.

FORAM FEITAS AS SEGUINTE DECLARAÇÕES DE VOTO:

DA VEREADORA SR.^a ISILDA AGUINCHA

«Sr. Presidente, como é sabido e deixei manifesto em ata da reunião de 18 de janeiro de 2016, na sequência dos procedimentos relativos à proposta de alteração do RMUE, a revisão ou alteração dum Regulamento Municipal não pode ter como fim a regularização ou legalização de ilegalidades que não foram resolvidas de acordo com a lei e os regulamentos em vigor. Mais disse que sanar ilegalidades não pode ser o fim ou objeto do trabalho dum qualquer órgão ou decisor.

Registei ainda que, de facto, resultou da mensagem transmitida pelo senhor presidente, a munícipes que se apresentaram na reunião de Câmara de 16 de novembro de 2015, como trabalhadores do Hotel D. João, e que vinham pedir a intervenção da Câmara para salvaguardar os seus postos de trabalho que diziam estarem ameaçados, que “quem está em incumprimento não é a Câmara é o empresário do hotel.” Mas, na mesma reunião e às mesmas interlocutoras, também foi dito pelo senhor presidente que “Estão a ser criadas condições definitivas para a legalização do hotel”, conforme consta da ata da referida reunião.

Analisado então o Projeto de Regulamento que originou o RMUE aprovado pela maioria Socialista e pela CDU, deixei claro entender que a revisão/aprovação do referido regulamento seria lastro para a solução do problema para o empresário que não cumpriu as regras e que apenas usou de expedientes diversos ao longo do tempo para manter a unidade hoteleira a funcionar ilegalmente e para que o problema viesse a ser resolvido a seu contentamento, especificamente pela alteração/eliminação de quase todo o art.º 19.º do Regulamento que foi revisto e que estava em vigor até esse momento.

Hoje, e perante o requerimento presente a esta reunião e informado pelos serviços, recordo que, aquando da reunião da Assembleia Municipal a que o mesmo regulamento foi presente, perante a questão do eleito da bancada do PSD José Baptista sobre a possibilidade de legalização de ilegalidades com a alteração deste regulamento lhe foi respondido taxativamente que não.

Curiosamente, surge-nos um requerimento a pedir a “reapreciação do projeto de alterações entregue em 25 de novembro de 2014, referente ao processo de obra nº68/99 e requer a sua apreciação no enquadramento e âmbito do presente regulamento...” – temos por referência o regulamento aprovado na AM de 26 de fevereiro de 2016. É pedida análise retroativa? A afirmação na Assembleia Municipal não tem valor?

Na ata de reunião da CME de 7 de março de 2011 consta que “o projeto de alteração à unidade hoteleira viola o disposto no artigo 19.º do regulamento municipal de urbanização e edificação, ultrapassando os valores fixados para a altura das coberturas e dos beirados”. E o RMUE não alterou o PDM nem o revogou, e que se saiba o nosso PDM também não está suspenso.

Com isto digo que o RMUE atual colide claramente na matéria em apreço com as disposições do nosso PDM, documento com força legal e orientador das políticas do nosso concelho, não só no que concerne à construção, em que são determinadas regras de áreas de construção de baixa, média e alta densidade, mas também a áreas de reserva agrícola e ambiental e espaços verdes, por exemplo.

Pelo exposto, e porque não assumo qualquer responsabilidade sobre uma decisão que considero ferida de ilegalidade, com um histórico em que não me revejo, o PSD vota contra esta decisão e manifesta o seu desacordo em todo o procedimento que pretende suportá-la.»

DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA

«O projeto foi aprovado, por deliberação de 03/04/1998, no âmbito do projeto de loteamento aprovado por deliberação de 15 de abril do mesmo ano, tudo nos termos das informações técnicas que o sustentaram.

As alterações entretanto preconizadas, foram sendo recusadas com fundamento na violação do disposto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do concelho do Entroncamento, aprovado pela Assembleia Municipal em 6 de fevereiro de 2004 e publicado no Diário da República n.º 53, 2.ª série, de 03/03/2004.

- Quanto ao RMUE em geral, subsistiu desajustado da realidade em «*inobservância de normas do RJUE*» a sua lei habilitante, conforme a IGAL, numa ação de inspeção ordinária ao Município do Entroncamento, de 2010, escreveu a páginas 47 e seguintes do relatório apresentado. Convém lembrar que o RUE, entre 2004 e 2010 passou da 7.ª à 11.ª versão... Mais tarde, em 2013, a IGF, numa ação ordinária de fiscalização do urbanismo e recursos humanos, recomenda expressamente, a revisão do RMUE, conforme relatório que recebemos recentemente. Muito embora já em 2010 se dissesse que a revisão estava para breve, diga-se, em abono da verdade, que não encontramos nenhuma proposta de alteração.
- E, quanto ao artigo 19.º em particular, podemos dizer que o mesmo se inseria num conjunto de normas que, visando disciplinar, acabaram por permitir a discricionariedade e o livre arbítrio, os erros e as incorreções. Por exemplo, entre noutros aspetos, o seu teor contrariava as normas dos fabricantes quanto à aplicação de materiais nas coberturas. Talvez por isso não se tenha encontrado outro semelhante nas dezenas de regulamentos municipais consultados. Basta olhar para a nossa cidade para ver como a indisciplina se instalou e desenvolveu na vigência do anterior regulamento... A sua alteração, assente nos pareceres técnicos, permite corrigir tais erros e proporcionar melhores soluções urbanísticas.

Voltando à proposta do projeto de alterações cuja aprovação se discute, concordamos com o teor objetivo do parecer técnico, isento de opiniões pessoais ou estéticas desadequadas da atual avaliação, motivo pelo qual apresentamos a proposta e a votamos favoravelmente.»

DO VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

«Abstive-me porque, ainda que enquadrável pelo novo RMUE, todo este processo do Hotel D. João ficou marcado por uma sucessão de ilegalidades, perante as quais prevaleceu demasiada complacência.

Recordo a tolerância face ao incumprimento de decisões tomadas por esta Câmara, em anterior mandato, após propostas minhas aprovadas por unanimidade.

A recente alteração do Regulamento, ao abrigo do qual agora se legaliza o que antes era ilegal, vem mais uma vez chamar à atenção para a forma deplorável como, ao longo de anos, tem evoluído o urbanismo, no nosso concelho.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 20

13916/15 - PROC.º DE OBRAS N.º 02/2008 - CRÉDITO AGRÍCOLA IMÓVEIS, UNIPESSOAL, LDA. - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO - ALTERAÇÕES

- Presente o processo de obras número 02/2008, em nome de Crédito Agrícola Imóveis Unipessoal, Lda., referente às alterações na construção de um edifício de habitação e Comércio, na rua Bartolomeu de Gusmão, lote 31, nesta cidade, conforme projeto que junta.

Para o efeito, o Arquiteto, Silvino Santos, da DGUO – Divisão Urbanística e Obras, emitiu o seguinte parecer:

«Na sequência do indeferimento do projeto de alterações datado de 13/05/015 e 2/07/015, vem novamente o requerente apresentar alterações a fim de colmatar as deficiências detetadas.

Neste processo foram retificadas algumas situações que vem ao encontro do parecer destes Serviços, nomeadamente: anulação do degrau na galeria, colocação de revestimento e pavimento cerâmico nas cozinhas e algumas retificações de alçados. No entanto verifica-se que é mantida a conduta de desenfumagem na galeria, aplicando uma floreira para minimizar o impacto visual, e quanto aos desenhos de alçados constata-se que existem erros, que terão de ser superados de modo a evitar o indeferimento no ato da vistoria para fins de licença de utilização.

A Exma. Câmara deverá decidir se autoriza a ocupação da galeria pedonal com a conduta de desenfumagem, é de mencionar que no projeto inicialmente aprovado, esta conduta estava colocada no interior do estabelecimento comercial, e com uma grelha a cerca de três metros de altura, não ocupando espaço de utilização pública.

A parte da decisão sobre o mencionado anteriormente, deverá o requerente ser notificado a apresentar as retificações mencionadas quanto aos alçados.»

- A Câmara, deliberou, por maioria, autorizar a ocupação da galeria pedonal com a conduta de desenfumagem, dado que de acordo com a informação do Técnico, não viola qualquer norma urbanística e aprovar o projeto.

- 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Matias, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e uma abstenção da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

PONTO 21

2153/16 - ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/2013 - MANUEL GONÇALVES MARQUES PAIXÃO - REDUÇÃO DE CAUÇÃO

- Na sequência de uma petição em nome de Manuel Gonçalves Marques Paixão, a solicitar a redução da caução existente, relativa ao alvará de loteamento n.º 01/2013, sito na Av.^a das Forças Armadas e Rua Cesário Verde, nesta cidade, acompanhado da seguinte informação do Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras:

«Solicitou o requerente, na qualidade de loteador, a redução da caução existente como garantia da execução das obras de urbanização, em face dos trabalhos já realizados, de acordo com o previsto no Art.º 54.º do RJUE.

A caução é atualmente constituída por hipoteca à Câmara de 3 lotes, tendo sido solicitada a libertação da hipoteca para 2 lotes. Posteriormente o loteador solicitou a libertação dos 3 lotes hipotecados, mediante a apresentação de caução através de garantia bancária. (Anexo 6).

Efetou-se uma vistoria às obras tendo-se verificado que grande parte das mesmas se encontram realizadas, faltando praticamente apenas a pavimentação betuminosa e passeios na Rua Cesário Verde.

As infraestruturas elétricas estão recebidas pela EDP, conforme carta desta entidade. (Anexo 4)

Foi feita a contabilização dos trabalhos em falta, com atualização de preços unitários, conforme quadros em anexo.

O valor da caução a manter será de 32.582,91€, correspondente ao valor dos trabalhos por executar e a 10% do valor global da caução, acrescidos de IVA, devendo, portanto, ser este o valor da garantia a apresentar.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à redução da caução, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS**Ponto 11 (SGD 4934/16)****Anexo 11.1**

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Registo com agrado a redução de despesas operacionais, facto que permite perspetivar uma nova redução do défice para este ano.

Para além das medidas já adotadas, creio que deveria haver uma promoção mais ativa da utilização do parque, nomeadamente visando os habituais utilizadores dos comboios.

Poderá ser utilizado, por exemplo, o painel eletrónico, junto à estação, nas horas de maior movimento.

Haverá até vantagem em que muitos dos habituais utilizadores do parque de superfície junto à estação passem a utilizar o parque subterrâneo, aumentando a sua utilização e respetivas receitas. Para o município seria bem mais rentável, pelo que deveriam ser feitos esforços de captação de utilizadores.

Por outro lado, mantenho e reforço a ideia de que haverá vantagem no alargamento do período de estacionamento gratuito, ainda que agravando ligeiramente as tarifas nos períodos seguintes. Provavelmente, a receita ressentir-se-á nos primeiros tempos, mas captar-se-ão novos utilizadores, reequilibrando as contas e chamando mais pessoas para o centro da cidade. As vantagens para o comércio parecem-me evidentes.

Por fim, creio que deverá ser estudada a utilização do piso menos dois apenas quando necessária, encerrando-o quando o piso menos um ainda tem capacidade disponível. Tal permitiria poupar muita energia elétrica, para além, é claro, da adoção de sensores para ligar a iluminação apenas quando necessária, tal como sugerido no relatório que hoje aqui apreciamos.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assistente Técnica
